



RODRIGO LUÍS KANAYAMA

## COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

Limites às Restrições aos Direitos  
Fundamentais

*Prefácio*

Angela Cassia Costaldello

*Apresentação*

Sansão José Loureiro

Área específica:

Direito Constitucional

Áreas afins:

Direito Administrativo,  
Direito Financeiro (controle).

256 páginas

ISBN 978-85-7700-396-9

Formato: 14,5x21,5 cm

A atividade de investigação do Poder Legislativo é fundamental para a manutenção da democracia no Estado contemporâneo. Por requerer decisão da minoria dos parlamentares para sua criação, as Comissões Parlamentares de Inquérito podem, sem entraves, investigar e controlar o governo. A esta atividade, nada obstante, existem limites, os quais são expostos na Constituição da República: os poderes são de investigação de fato determinado e devem ser exercidos por um período certo. Mas não apenas: os direitos fundamentais também delimitam o âmbito de ação, pois têm a finalidade precípua de proteção da pessoa humana contra a atuação estatal. Entretanto, mesmo eles não são ilimitados e não podem prejudicar outras disposições constitucionais, sob pena de afastamento dos objetivos do Estado.

### **Rodrigo Luís Kanayama**

Professor Assistente de Direito Financeiro da Universidade Federal do Paraná. Mestre e Doutorando em Direito do Estado na Universidade Federal do Paraná. Advogado em Curitiba.

## SUMÁRIO DO LIVRO:

### PREFÁCIO

Angela Cassia Costaldello

### APRESENTAÇÃO

Sansão José Loureiro

### INTRODUÇÃO

#### PARTE 1

## O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO – O ORDENAMENTO JURÍDICO COMO LIMITADOR DA ATIVIDADE ESTATAL

#### CAPÍTULO 1

DO ESTADO DE DIREITO AO ESTADO CONSTITUCIONAL

#### CAPÍTULO 2

A ELABORAÇÃO DAS NORMAS JURÍDICAS NO ESTADO MODERNO – O RECONHECIMENTO DOS DIREITOS

#### CAPÍTULO 3

A PROTEÇÃO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS PELO ESTADO

#### PARTE 2

## AS NORMAS DE DIREITOS FUNDAMENTAIS – LIMITES À RESTRIÇÃO

#### CAPÍTULO 1

A NORMA JUSFUNDAMENTAL – UM CONJUNTO DE REGRAS E PRINCÍPIOS

#### CAPÍTULO 2

O CARÁTER NÃO ABSOLUTO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

#### PARTE 3

## A FUNÇÃO INVESTIGATÓRIA DO PODER LEGISLATIVO E A PROTEÇÃO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

#### CAPÍTULO 1

A ORGANIZAÇÃO DO ESTADO E A ATIVIDADE INVESTIGATIVA DO PODER LEGISLATIVO

#### CAPÍTULO 2

O FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

#### CAPÍTULO 3

OS LIMITES DAS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

#### CAPÍTULO 4

OS DIREITOS FUNDAMENTAIS COMO LIMITES NECESSÁRIOS À ATUAÇÃO DAS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

### CONCLUSÃO

### REFERÊNCIAS

### ÍNDICE DE ASSUNTOS

### ÍNDICE ONOMÁSTICO